

# A DOCTRINA DA ELEIÇÃO

Calvinismo, arminianismo e o equilíbrio da doutrina batista.

*Pr. Jorge Pinheiro\**

## Algumas questões metodológicas

Em primeiro lugar devemos ver a relação entre teologia e doutrina. A teologia é uma construção racional, lógica, que parte de dois princípios: o princípio arquetônico, que é a revelação, a palavra de Deus; e o princípio hermenêutico, instrumental, que fornece equipamento técnico para a análise do texto escriturístico.

A teologia serve assim, a partir desses dois princípios, um divino e outro humano, para contextualizar a palavra de Deus e responder aos desafios do tempo presente, armando e fortalecendo a igreja. Apesar desse importante serviço, a teologia é sempre passageira e precária. Não é revelação.

Já a doutrina é fundamento bíblico que norteia nossa fé e ordem. Não tem base nos arrazoados de grandes teólogos, mas na revelação. Nesse sentido, teologia e doutrina são diferentes. E nós devemos entender isso.

Em segundo lugar, devemos saber que quando o infinito cruza com o finito surgem questões impossíveis de serem respondidas a contento a partir de nossa perspectiva finita. Entre esses podemos citar a encarnação, a *kenosis* e a ressurreição de Cristo. Uma outra questão difícil, por implicar nesse cruzamento da infinitude da soberania de Deus e a liberdade de escolha da *imago Dei*, é a teologia da eleição.

Nesse sentido, há teologias, como a calvinista, que olham esta questão difícil da *eleição* a partir do infinito, de cima, exclusivamente. E há outras teologias, como a arminiana, que olham esta questão difícil da *eleição* apenas a partir do finito, de baixo.

Mas há uma outra maneira de olhar a questão da eleição, a partir da humildade do reconhecimento que estamos diante de um cruzamento do divino com o humano, do infinito com o finito, daquilo que está em cima com aquilo que está em baixo. E é exatamente esta perspectiva, humilde, bíblica e, por isso, doutrinária que orienta o pensamento batista nesta difícil questão.

## A teologia da eleição segundo Lutero

Para entendermos a teologia da eleição no calvinismo e no arminianismo temos que começar a partir da visão de Lutero. A compreensão de Lutero tem por base a sua leitura da Carta de Paulo aos Romanos, e a partir daí de sua teologia da cruz. Segundo Walther von Loewenich, um especialista na vida e obra de do reformador alemão, “*a teologia da cruz é o princípio de toda a teologia de Lutero. Ela não pode ser limitada a um período particular de sua teologia*”.<sup>1</sup> Nessa teologia, Deus vem até aqui embaixo e a expiação acontece quando Deus chega até o ser humano, que vive sob a ira da lei. Deus é satisfeito, aplacado, quando o movimento divino em direção ao humano resulta em fé. Ocorre, então, uma “*alegre troca*”: Jesus toma a natureza pecaminosa e entrega ao ser humano sua vida justa e imortal. E nessa teologia da cruz de Lutero está embutida a primeira compreensão que a Reforma fez da eleição de Deus.

Para Lutero, conforme expôs no *Prefácio a Carta de Paulo aos Romanos*, “você deve seguir o raciocínio desta carta na ordem em que é apresentada. Fixe sua atenção, primeiro que tudo no Evangelho de Cristo, de maneira que você possa reconhecer seu pecado e a Sua graça. Então lute contra o pecado, conforme os capítulos de um a oito tem Ihe ensinado a fazer. Finalmente, quando você chegar ao capítulo 8, debaixo da sombra da cruz e do sofrimento, passe para os capítulos de 9 a 11 que Ihe ensinarão sobre a providência e o conforto que ela é”.

Assim, para Lutero, a eleição era uma garantia, era esperança. Pois, nos momentos de sofrimento, de cruz e das angústias da morte, é a providência divina, através da eleição, que nos dá garantia da presença da graça em nossas vidas. É por isso que ele disse: “Há uma medida adequada, hora e idade para o entendimento de toda doutrina”.

Dessa maneira, para o reformador, o caminho cristão começa com o ato de ouvir o Evangelho, com o reconhecimento de nosso pecado, mas também da graça de Deus, em Cristo, derramado sobre nós. Continua no correr de nossa vida com a luta contra o pecado e, finalmente, quando debaixo da sombra da cruz e do sofrimento, é a providência de Deus, manifesta na eternidade, através da eleição, que garante a esperança e nos dá conforto.

### **A teologia da eleição segundo Calvino**

Calvino partiu dos mesmos textos de Lutero, principalmente da Carta de Paulo aos Romanos, mas inverteu a maneira de ver de Lutero. Se para Lutero, o ser humano não tem como discutir e mergulhar na compreensão da soberania de Deus e teologizar sobre ela e, por isso, a eleição deve ser vista como garantia de nossa esperança, principalmente nos momentos de dificuldades e sofrimentos, para Calvino a base da vida cristã é a escolha eterna de Deus. Assim, na teologia, não seria fim, mas começo e centralidade.

Tanto em seu *Comentário sobre a Carta aos Romanos*, como nas *Instituições da Igreja Cristã*, Calvino constrói uma teologia da eleição que tem por base a soberania de Deus. E olha a eleição sempre do “ponto de vista” de Deus, de cima, descartando uma leitura a partir da *imago Dei* e a possibilidade de escolha humana.

Segundo o teólogo batista Timothy George<sup>2</sup>, a doutrina da predestinação em Calvino pode ser definida em três palavras: absoluta, particular e dupla. É absoluta já que não está condicionada a nenhuma contingência finita, é particular no sentido que pertence a indivíduos e não a grupos. E, por fim, é dupla: Deus, para o louvor de sua misericórdia, elegeu uns para a vida eterna, e, para o louvor de sua justiça, outros para a perdição eterna.

A posição de Calvino, quando relaciona eleição e salvação, pode ser traduzida no seguinte silogismo: (1) A certeza da salvação depende do decreto eterno de Deus; (2) aqueles que crêem foram escolhidos por Deus desde a eternidade; (3) se eu creio, logo serei salvo, porque fui escolhido.

A historiografia dos séculos 16 e 17 mostra que a doutrina da predestinação absoluta defendida por Calvino enfrentou séria oposição não somente nos meios teológicos, mas de pastores e crentes. Entre esses opositores podemos citar Erasmus<sup>3</sup>, o movimento

anabatista e dois fundadores do pensamento batista na Inglaterra: John Smyth<sup>4</sup> e Guilherme Dell<sup>5</sup>. Mas, historicamente, seu opositor mais conhecido foi Jacobus Arminius.

Apesar da oposição que a leitura de Calvino produziu no mundo protestante, sua leitura da eleição, para seus defensores, deve ser entendida como uma garantia nos momentos de provação e uma confissão à graça de Deus.

### **A teologia da eleição segundo Arminius**

Já a doutrina da predestinação defendida por Jacobus Arminius<sup>6</sup> (1560-1609) parte de uma perspectiva diferente: o papel da graça diante da depravação humana, a eleição condicional, a graça resistível, a expiação não limitada -- Cristo morreu por todos -- e a possibilidade de perda da salvação. Assim, para o arminianismo a eleição é condicionada pela fé.

Em sua *Declaração de Sentimentos*, apresentada à igreja holandesa em 30 de outubro de 1605, ele sintetizou a sua posição em cinco pontos:

1 - Capacidade humana e liberdade de escolha:

Todos os homens embora sejam pecadores, ainda são livres para aceitar ou recusar a salvação que Deus oferece;

2 - Eleição condicional

Deus elegeu os homens que ele previu que teriam fé em Cristo;

3 - Expiação ilimitada

Cristo morreu por todos os seres humanos, em todas as épocas e lugares;

4 - Graça resistível

Os homens podem resistir à Graça de Deus para não serem salvos;

5 - Decair da Graça

Homens salvos podem perder a salvação caso não perseverem na fé até o fim.

Arminius defendeu uma posição sublapsariana, alertando para o fato de que Deus não predetermina ninguém para a perdição.

Segundo Arminius, Deus em seu decreto escolheu seu Filho como Salvador para mediar a favor daqueles pecadores que se arrependem e crêem em Cristo, e para administrar os meios eficientes e eficazes para a fé de cada um deles. Assim, para ele, Deus decreta a salvação e a perdição de pessoas em particular com base na onisciência divina da fé e perseverança de cada indivíduo.

Na verdade, a tensão da discussão entre predestinação absoluta ou predestinação condicional gira ao redor da compreensão de duas doutrinas: graça e eleição. Tomamos por base, a partir de Arminius, o arrazoado que o apóstolo Pedro faz em sua segunda epístola, explicando esta questão. Ele nos mostra que a expiação não tem limites:

*“Não retarda o Senhor a sua promessa, como alguns a julgam demorada, pelo contrário, ele é longânime para convosco, não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento”.* 2Pe 3.19 e também 1Jo 2.2 e 2Co 5.19.

A graça e a expiação têm eficiência e eficácia ilimitadas, mas há uma chave para que a função graça e função expiação sejam plenamente exercidas. E essa chave está no final do versículo acima citado: “*que todos cheguem ao arrependimento*”.

O sacrifício pleno, eficiente e eficaz de Cristo (graça não limitada) deve ser somado ao arrependimento, produzindo então a salvação. Ou seja: *expiação não limitada mais arrependimento = salvação*.

O sacrifício pleno, eficiente e eficaz de Cristo (graça não limitada) sem o arrependimento produz justiça. Ou seja: *expiação não limitada menos arrependimento = justiça*.

A verdade, para Arminius, é que o valor da cruz não é limitado, mas sua aplicação sim. Para ele, todos estamos predestinados à salvação, mas a eleição depende do arrependimento. Por isso, para Arminius, que Deus decreta a salvação e a condenação de pessoas em particular com base no conhecimento divino da fé e perseverança de cada um em particular.

A partir desse pastor holandês, podemos dar uma explicação lógica e plausível para o texto de 2Pe 2.1: “*Assim como no meio do povo surgiram falsos profetas, assim também haverá entre vós falsos mestres, os quais introduzirão dissimuladamente heresias destruidoras, até a ponto de renegarem o Soberano Senhor que os resgatou, trazendo sobre si mesmos repentina destruição*”.

A teologia de Jacobus Arminius ressalta a liberdade humana. Acreditava no pecado original, considerava que a vontade do homem natural caído está degenerada, incapacitada para produzir qualquer bem espiritual. Nesse sentido seu conceito de liberdade humana diferia da visão de Pelágio.

Jacobus Arminius influenciou profundamente a teologia de John Wesley, o metodismo e o protestantismo de missões. É interessante notar, também, que o pensamento de Arminius antecede os padrões de pensamento do Iluminismo.

Em resposta às críticas do arminianismo, a Igreja Reformada da Holanda se reuniu em concílio, e assim os presbiterianos produziram um documento que ficou conhecido como:

### **Os cinco pontos do Calvinismo**

O termo Calvinismo é dado ao sistema teológico exposto e defendido por João Calvino (1509-1564). Seu sistema de interpretação bíblica, no entanto, sofreu uma releitura ao ser resumido em cinco pontos, conhecidos como “*os cinco pontos do Calvinismo*” ou TULIP, em inglês.

De 13 de novembro de 1618 a 9 de maio de 1619 reuniu-se na cidade de Dort, na Holanda, um concílio presbiteriano para discutir a controvérsia entre arminianos e calvinistas. Arminius (1560-1609) já tinha morrido e, logicamente, Calvino também (1509-1564). O concílio analisou cinco questões: predestinação, expiação, fé, graça e perseverança dos santos. Ao final do Concílio de Dort, os presbiterianos aprovaram os “*cinco pontos do calvinismo*”.<sup>7</sup>

Eis a TULIP:

### 1 - Total Depravity (Depravação total)

Todos os seres humanos nascem totalmente depravados, incapazes de se salvar ou de escolher o bem em questões espirituais;

### 2 - Unconditional Election (Eleição incondicional)

Deus escolheu dentre todos os seres humanos decaídos um grande número de pecadores por graça pura, sem levar em conta qualquer mérito, obra ou fé prevista neles;

### 3 - Limited Atonement (Expição limitada)

Jesus Cristo morreu na cruz para pagar o preço do resgate somente dos eleitos;

### 4 - Irresistible Grace - (Graça Irresistível)

A Graça de Deus é irresistível para os eleitos, isto é, o Espírito Santo acaba convencendo e infundindo a fé salvadora neles;

### 5 - Perseverance of Saints (Perseverança dos Santos)

Todos os eleitos vão perseverar na fé até o fim e chegar ao céu. Nenhum perderá a salvação.

Essa leitura do calvinismo é chamada por alguns teólogos batistas de *hipercalvinismo*, e se caracteriza pela negação da idéia de que a chamada do Evangelho se destina àqueles que não são eleitos. É a negação da idéia de que a fé é o dever de cada um que ouve o Evangelho. Ou seja, é a crença de que Deus planejou o mundo de tal forma que causas secundárias, ou seja, nossas ações, não são necessárias de modo algum, pois, se Deus já escolheu quem vai ser salvo, não é necessário pregar o Evangelho. Esta visão não reflete o calvinismo histórico.

## **A doutrina batista da eleição**

A partir do que vimos, podemos dizer que existem três tendências no pensamento teológico em relação à doutrina da eleição, em especial à tensão existente entre a soberania de Deus e a liberdade de consciência e ação e ao uso pleno da razão por parte do ser humano:

A tendência chamada minimalista, que olha a questão de cima, a partir da soberania de Deus, e nega toda a possibilidade da liberdade humana, de consciência livre e escolha. A tendência chamada maximalista, que olha a questão de baixo, a partir de nossa humanidade, e não vê limitação à possibilidade do ser humano responder de forma livre ao chamado de seu Criador.

Mas há uma superação dialética dessa contradição, que defende que o ser humano pode e deve apoiar sua resposta à eleição e ao chamado de Deus em sua liberdade de ação e consciência, assim como no uso da razão, embora tal processo deva ter como ponto de partida a revelação. Vamos analisar, então, o pensamento doutrinário batista:

*“Eleição é a escolha feita por Deus, em Cristo, desde a eternidade, de pessoas para a vida eterna, não por qualquer mérito, mas segundo a riqueza da sua graça. Antes da criação do mundo, Deus, no exercício de sua soberania divina e à luz de sua presciência de todas as coisas, elegeu, chamou, predestinou, justificou e glorificou aqueles que, no correr dos tempos, aceitariam livremente o dom da salvação. Ainda que baseada na soberania de Deus, essa eleição está em perfeita consonância com o livre-arbítrio de cada um e de todos os seres humanos. A salvação do crente é eterna. Os salvos perseveram em Cristo e estão*

*guardados pelo poder de Deus. Nenhuma força ou circunstância tem poder para separar o crente do amor de Deus em Cristo Jesus. O novo nascimento, o perdão, a justificação, a adoção como filhos de Deus, a eleição e o dom do Espírito Santo asseguram aos salvos a permanência na graça da salvação”.*<sup>8</sup>

Reconhecemos que existe uma tensão entre infinito e finito, entre o que está em cima e o que está embaixo. Mas, para nós batistas, a doutrina da eleição é uma síntese, que equilibra a tensão. Dessa maneira, segundo Sua graça imerecida, Deus opera a salvação em e através de Cristo, de pessoas eleitas desde a eternidade, chamadas, predestinadas, justificadas e glorificadas à luz de Sua presciência e de acordo com o livre arbítrio de cada um e de todos. [Veja os seguintes textos: I Pe 1.2; Rm. 9.22-24; I Ts 1.4; Rm. 8.28-30; Ef. 1.3-14].

E assim a doutrina batista apresenta seus quatro pontos:

1. Todos são eleitos.
2. Deus opera a salvação *em e através* de Cristo pelo favor imerecido de sua graça.
3. Deus é pré-ciente.
4. De acordo com o livre-arbítrio, desde a eternidade, Deus elege, chama, predestina, justifica e glorifica.

Nós batistas entendemos que salvação implica em regeneração, que é ato inicial em que Deus faz nascer de novo o pecador perdido. É obra do Espírito Santo, quando o pecador recebe o perdão, a justificação, a adoção de filho de Deus, a vida eterna e o dom do Espírito Santo. Neste ato de regeneração, o novo crente é batizado com o Espírito Santo e é por ele selado para o dia da redenção final, liberto do castigo eterno de seus pecados.

Há duas condições para o pecador ser regenerado: arrependimento e fé. O arrependimento implica em mudança radical do homem interior, que significa afastar-se do pecado e voltar-se para Deus. A fé é a confiança e aceitação de Jesus Cristo como Salvador e a total entrega da personalidade do pecador a Ele. Nessa experiência de conversão o ser humano perdido é reconciliado com Deus, que lhe concede perdão, justiça e paz.<sup>9</sup>

Assim, a partir da consistência ontológica do humano, somos levados à necessidade de uma análise antropológica para a teologia. Quando descartamos a reflexão sobre o ser humano a quem Deus fala, temos um discurso meramente ideológico, distanciado do homem e da mulher verdadeiros e da realidade em que vivem e transformam. Temos, então, um ser humano-mito, onde os fatos natural e histórico transformam-se em alegoria.

O pressuposto fundamental dessa reflexão antropológica para a teologia é a *imago Dei*, que traduz a verdade de que a compreensão de Deus, através de seu Cristo, leva à compreensão do ser humano e de sua razão de existir. Não se trata de conhecer o ser humano para conhecer a Deus, porque o homem não é Deus, mas o contrário. Nesse sentido, a antropologia correta parte da revelação. Não utilizamos o conceito do teólogo Tomás de Aquino de analogia em seus dois sentidos, como se fosse possível ao homem conhecer a Deus a partir de si próprio, mas acreditamos que as necessidades e anseios do espírito humano apontam para aquilo que ele perdeu.

Se a revelação é uma conversa entre Deus e o ser humano, em Cristo, é a partir desse diálogo que temos os elementos fundamentais para conhecer aquilo que Deus deseja que sejamos. Nesse sentido, por mais decaído que esteja o ser humano, ainda lhe resta a liberdade de consciência necessária para aceitar ou não esse diálogo proposto pelo Criador.

Por isso, nós batistas consideramos que a missão do povo de Deus é a evangelização do mundo, visando a reconciliação do ser humano com Deus. É dever de todo discípulo de Jesus Cristo e das igrejas proclamarem, pelo exemplo e pelas palavras, a realidade do evangelho, fazendo novos discípulos de Jesus Cristo em todas as nações. Cabe às igrejas batizá-los, ensinando-os a observar o que Jesus ordenou. A responsabilidade da evangelização estende-se até os confins da terra e, por isso, as igrejas devem promover a obra de missões, pedindo a Deus que envie obreiros para a sua seara.<sup>10</sup>

## Notas

• Jorge Pinheiro é pastor auxiliar da Igreja Batista em Perdizes (SP/Capital) e professor de Teologia Sistemática na Faculdade Teológica Batista de São Paulo. Doutorando em Ciências da Religião.

1 Walther von Loewenich, *A Teologia da Cruz de Lutero*, São Leopoldo, Sinodal, 1988, pp. 11 e 12.

2 Timothy George, *Teologia dos Reformadores*, São Paulo, Edições Vida Nova, 1994, p.232.

3 Desidério Erasmus (1486-1536) teólogo e erudito, em 1524 escreveu, em polêmica com Lutero, *Diatrise sobre o Livre Arbítrio*. Carl Bangs, *Arminius, A Study in the Dutch Reformation*, NY, Abingdon Press, 1971, pp. 90 e 102.

4 John Smyth (1610-1612), primeiro pastor batista na Inglaterra, levantou a bandeira da “liberdade de consciência absoluta” in Zaqueu Moreira de Oliveira, *Liberdade e Exclusivismo: Ensaio sobre os Batistas Ingleses*. Rio de Janeiro: Horizontal; Recife: STBNB Edições, 1997, p. 83.

5 *Pensador batista inglês*, “Dell usou cada oportunidade que teve para defender a liberdade de consciência. Ele considerou o uso de coação uma invenção humana, algo deletério que não tinha lugar no reino de Cristo”. Zaqueu Moreira de Oliveira, op. cit., p. 104-106. Dell escreveu *Uniformidade Examinada* e apoiou a revolução inglesa (1642-1649), dirigida por Oliver Cromwell.

6 Obras de Jacobus Arminius: *Exame do Panfleto de Perkins, Declaração de Sentimentos, Controvérsias Públicas, Setenta e Nove Controvérsias Particulares* in Carl Bangs, *Arminius, A Study in the Dutch Reformation*, NY, Abingdon Press, 1971, pp.206-221; 307-316; e *Arminianismo e Jacobus Arminius*, in *Enciclopédia Histórico-Teológica*, São Paulo, Edições Vida Nova, 1993, pp. 112-114.

7 Júlio Andrade Ferreira (org.), *Antologia Teológica*, São Paulo, Novo Século, 2003, p. 698.

8 Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, “*Eleição*”, in Rumo e Prumo, terceira edição, Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, secção do Estado de São Paulo, dezembro de 2004, p. 26.

9 “*Salvação*”, in Rumo e Prumo, terceira edição, Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, secção do Estado de São Paulo, dezembro de 2004, p. 25.

10 “*Evangelização e Missões*”, in Rumo e Prumo, op. cit., p. 28.

**Para citação da fonte indique: [www.teologica.br](http://www.teologica.br)**